

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.550.641 - RJ (2019/0225872-3)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO
ADVOGADOS : MAÍRA CONDE TAVARES - RJ202273
BRUNO SILVA NAVEGA - RJ118948
BRYAN BRAGA FERREIRA E OUTRO(S) - RJ202668
ANNA JULIA GONÇALVES DA SILVA FONSECA - RJ206091
AGRAVANTE : VALQUIRIA FERNANDES SANTANA
ADVOGADO : GEORGE PIMENTEL DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - RJ104649
AGRAVADO : EVANIL TRANSPORTES E TURISMO LTDA
ADVOGADOS : FERNANDO JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA - RJ034320
ALINE MOREIRA HERINGER DE SÁ - RJ148628

EMENTA

CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO MANIFESTADA NA VIGÊNCIA DO NCPC. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DANO MORAL. QUEDA NO INTERIOR DO COLETIVO DA EMPRESA RÉ. RECURSO DA SEGURADORA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1022 DO NCPC. OMISSÃO INEXISTENTE. ART. 18, *D* E *F* DA LEI FEDERAL Nº 6.024/74. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. FASE DE CONHECIMENTO. SUSPENSÃO DESNECESSIDADE. MÉRITO. JUROS DE MORA. RELAÇÃO CONTRATUAL. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA Nº 568 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

DECISÃO

VALQUIRIA FERNANDES SANTANA (VALQUIRIA) ajuizou ação indenizatória contra EVANIL TRANSPORTES E TURISMO (TRANSPORTADORA) visando a condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais e materiais em virtude de queda sofrida no interior do coletivo de sua propriedade.

Foi deferido o chamamento de NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A (SEGURADORA) à lide, bem como o pedido de gratuidade de justiça.

Em primeira instância os pedidos foram julgados parcialmente procedentes a fim de condenar a ré e a chamada, solidariamente, ao pagamento de R\$ 2.400,00, a título de dano moral, corrigidos monetariamente a partir desta data e

Superior Tribunal de Justiça

acrescidos de juros de mora de 1%, contados da citação por se tratar de responsabilidade contratual, bem como ao pagamento de R\$ 181,66, corrigidos monetariamente a partir de julho de 2011 e acrescidos de juros de mora de 1%, contados da citação, deduzida a franquia em relação à seguradora (e-STJ, fl. 250/252).

Apelaram as partes.

O Tribunal fluminense deu parcial provimento ao apelo da autora, a fim de atribuir às rés a responsabilidade pela verba sucumbencial, provimento parcialmente o recurso da SEGURADORA para excluir da condenação a verba referente ao dano material, em acórdão a seguir ementado:

DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. RITO SUMÁRIO. ACIDENTE DE ÔNIBUS. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PRETENSÃO AUTURAL DE CONDENÇÃO EM COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. LESÕES EM PASSAGEIRA APÓS ACIDENTE ENVOLVENDO ÔNIBUS QUE A CONDUZIA. INCAPACIDADE TOTAL OU PARCIAL PERMANENTE POR 10 DIAS. SENTENÇA QUE CONDENOU OS RÉUS A REPARAREM A AUTORA EM DANOS MORAIS NO VALOR DE R\$2.400,00 (DOIS MIL E QUATROCENTOS REAIS), ALÉM DE CONDENAR A RÉ E A CHAMADA AO PAGAMENTO DE VERBA A TÍTULO DE PENSIONAMENTO, NO VALOR DE R\$181,66, CORRIGIDOS MONETARIAMENTE A PARTIR DE JULHO DE 2011. APELAÇÃO DA AUTORA E DA SEGURADORA. PENSIONAMENTO INDEVIDO. LAUDO PERICIAL A INDICAR QUE “EM VIRTUDE DAS LESÕES SOFRIDAS, A MESMA SERÁ CAPAZ DE REALIZAR SUAS ATIVIDADES LABORATIVAS COM O MESMO DESEMPENHO”.

DANO MORAL FIXADO COM BASE NOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 326 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PARCIAL PROVIMENTO A AMBOS OS RECURSOS (e-STJ, fls. 310).

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 371/380).

Inconformada, a SEGURADORA interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, alegando, a par de dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 417 do Código Civil e 18, *a* e *f* da Lei nº 6.024/74.

Sustentou, em suma que (1) decretada sua liquidação extrajudicial, é vedada a fluência de juros e de correção monetária, mesmo que estipulados, contra a massa, enquanto não integralmente pago o passivo aos credores habilitados e desde que existam recursos suficientes após a satisfação de todos os créditos; e (2) o termo inicial

dos juros de mora sobre a indenização por danos morais é a partir da data do arbitramento.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 437/443)).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta provimento.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016.

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

Da apontada ofensa ao art. 18, d e f da Lei Federal nº 6.024/74

A SEGURADORA não tem razão em pedir o afastamento dos juros de mora e correção monetária da condenação pelo fato de ter sido decretada sua liquidação extrajudicial.

Isso porque a agravante nem sequer é a devedora principal neste processo, apenas foi condenada solidariamente ao pagamento do débito, tendo em vista o contrato de seguro mantido com a empresa VIP TRANSPORTES URBANO LTDA. Portanto, no processo de conhecimento, a condenação deve abarcar todos os consectários legais.

Além disso, eventual benefício em razão da liquidação extrajudicial da devedora solidária deve ser arguido por ela no momento processual oportuno, qual seja, em eventual execução proposta contra si (cf. AResp nº 1.144.550/RJ, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, in DJ 4/10/2017 e REsp nº 1.649.348-GO, Rel. Ministro Raul Araújo, in DJ 07/03/2017).

Do termo inicial dos juros de mora

A SEGURADORA afirmou que os juros de mora incidentes sobre os danos morais devem fluir a partir do arbitramento.

Contudo, o acórdão, por sua vez, entendeu que os juros de mora devem fluir a partir da citação, por se tratar de responsabilidade contratual.

Tal entendimento está em conformidade com a orientação firmada nesta Corte, nos termos dos precedentes abaixo:

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO CARACTERIZAÇÃO. CADASTRO DE INADIMPLENTES. INSCRIÇÃO. DANO MORAL DEVIDO. REDUÇÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. RELAÇÃO CONTRATUAL. SÚMULA DE TRIBUNAL. ANÁLISE INVIÁVEL.

[...].

5. O marco inicial para a incidência dos juros de mora, no caso de responsabilidade contratual, é a citação. Precedentes.

6. Não cabe a análise de recurso especial que tenha por fundamento violação de súmula de tribunal.

7. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.351.028/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 1º/4/2019, DJe 10/4/2019)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 489 DO CPC. INOCORRÊNCIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE. JUROS DE MORA. RELAÇÃO CONTRATUAL. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICADO. [...].

4. O reexame de fatos e provas e interpretação de cláusulas contratuais em recurso especial são inadmissíveis.

5. No tocante ao termo inicial dos juros de mora, o TJ/SP acompanhou a jurisprudência dominante desta Corte Superior, assente no sentido de que o marco inicial para a incidência dos juros de mora, no caso de responsabilidade contratual, é a citação. Precedentes.

6. A incidência da Súmula 7/STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido. Precedentes desta Corte.

7. Agravo interno no recurso especial não provido.

(AgInt no REsp 1.693.078/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, j. 12/3/2019, DJe 15/3/2019)

Assim, aplicável, no ponto, a Súmula nº 568 do STJ, segundo a qual, o relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

Superior Tribunal de Justiça

Nessas condições, com fundamento no art. 932, III, do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso especial.

Majoro em 5% os honorários advocatícios fixados em desfavor da SEGURADORA, limitados a 20%, nos termos do art. 85, § 2º e 11, do NCPC.

Publique-se. Intime-se.

Brasília/DF, 04 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator